CONTRATO Nº 0312.01/2026

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
Pregão Eletrônico nº: 001/2026
Processo Administrativo n°: 005/2026

OBJETO CONTRATUAL
Contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios, visando assim, atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí/PI e suas Secretarias.

VALOR CONTRATUAL
R$ 696.558,50 (seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: 12 de Março de 2026
FINAL: 12 de Março de 2027

DADOS DO CONTRATANTE
Secretaria Municipal de Administração e Finanças, CNPJ nº 06.553.994/0001-50
Avenida Laurentino Pereira, 678, Centro, São Francisco do Piauí, Piauí.
Matheus Vieira Tavares, CPF nº 065.858.943-16

DADOS DO CONTRATADO
GILVAN QUARESMA DE CARVALHO - EPP, CNPJ nº 13.022.566/0001-66
VL SERRINHA, S/N, ZONA RURAL, São Francisco do Piauí, Piauí
gilvanquaresmadecarvalho@gmail.com, (89) 99454-7995,
Gilvan Quaresma de Carvalho, CPF nº 520.949.443-87

PREÂMBULO

Aos 12 (doze) dias do mês de Março de 2026, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí – PI, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, inscrita no CNPJ nº 06.553.994/0001-50, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios, visando assim, atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São Francisco do

Piauí/PI e suas Secretarias de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R$ 696.558,50 (seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Lote 01 - ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
1	ACHOCOLATADO EM PÓ LATA 350G	NESTLÉ	UND	650	R$ 13,58	R$ 8.827,00
2	AÇUCAR CRISTAL 1KG	HOLANDA	UND	1.200	R$ 5,08	R$ 6.096,00
3	ÁGUA MINERAL GALÃO 20LTS	MANAÍRA	UND	1.700	R$ 12,77	R$ 21.709,00
4	ÁGUA MINERAL COPO 200ML	VIENA	UND	1.500	R$ 1,26	R$ 1.890,00
5	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 510ML	MANAÍRA	UND	1.500	R$ 2,21	R$ 3.315,00
6	ARROZ BRANCO TIPO 1, 5KG	BENTO	PCT	1.100	R$ 25,63	R$ 28.193,00
7	AVEIA FLOCOS 170G	NESTLÉ	UND	100	R$ 5,98	R$ 598,00
8	AZEITONA VERDE DESCAROÇADAS SACHÊ 150G	DIZA	UND	250	R$ 7,86	R$ 1.965,00
9	BALA MASTIGÁVEL SORTIDAS 500G	SANTA RITA	PCT	100	R$ 12,90	R$ 1.290,00
10	BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER 350G	ESTRELA	PCT	1.000	R$ 5,66	R$ 5.660,00
11	BISCOITO MARIA 307G	ESTRELA	PCT	1.000	R$ 6,50	R$ 6.500,00
12	BISCOITO TIPO ROSQUINHA 300G	MABEL	PCT	500	R$ 5,70	R$ 2.850,00
13	CAFÉ TORRADO E MOIDO 250G	KIMIMO	UND	1.300	R$ 17,53	R$ 22.789,00
14	CALDO DE GALINHA 19G	ARISCO	UND	250	R$ 0,83	R$ 207,50
15	CATCHUP TRADICIONAL 370G	ARISCO	UND	100	R$ 7,91	R$ 791,00
16	COCO RALADO 50G	MAIS COCO	UND	150	R$ 4,16	R$ 624,00
17	COLORIFICO 97G	MARATA	UND	500	R$ 1,53	R$ 765,00
18	CONDIMENTO MISTO 97G	MARATA	UND	500	R$ 1,83	R$ 915,00
19	CREME DE LEITE 200G	CAMPONESA	UND	500	R$ 4,16	R$ 2.080,00
20	ERVILHA 170G	FUGINI	UND	100	R$ 4,72	R$ 472,00
21	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA 1KG	NERIAL	UND	290	R$ 6,42	R$ 1.861,80
22	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO 1KG	ROSA BRANCA	UND	400	R$ 6,49	R$ 2.596,00
23	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO 1KG	ROSA BRANCA	UND	400	R$ 5,87	R$ 2.348,00
24	FÉCULA DE MANDIOCA 1KG	LOPES	UND	300	R$ 7,75	R$ 2.325,00
25	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1, 1KG	TIA DORA	UND	700	R$ 8,67	R$ 6.069,00
26	FEIJÃO PRETO TIPO 1, 1KG	TIA DORA	UND	100	R$ 8,94	R$ 894,00
27	FLOCÃO DE ARROZ 500G	CORINGA	UND	300	R$ 3,86	R$ 1.158,00
28	FLOCÃO DE MILHO 500G	CORINGA	UND	1.300	R$ 2,70	R$ 3.510,00
29	GOMA GRANULADA 1KG	DUBECO	UND	200	R$ 7,58	R$ 1.516,00
30	LEITE CONDENSADO 395G	PIRACANJUBA	UND	250	R$ 7,38	R$ 1.845,00
31	LEITE DE COCO TRADICIONAL 200ML	MAIS COCO	UND	150	R$ 7,24	R$ 1.086,00
32	LEITE EM PÓ DESNATADO 200G	CAMPONESA	UND	450	R$ 9,25	R$ 4.162,50
33	LEITE EM PÓ INTEGRAL 200G	CAMPONESA	UND	1.600	R$ 7,95	R$ 12.720,00
34	LEITE UHT DESNATADO EM CAIXA 1L	PIRACANJUBA	UND	400	R$ 8,91	R$ 3.564,00

35	LEITE UHT INTEGRAL EM CAIXA 1L	PIRACANJUBA	UND	650	R$ 7,77	R$ 5.050,50
36	MACARRÃO ESPAGUETE 400G	ESTRELA	UND	650	R$ 4,13	R$ 2.684,50
37	MACARRÃO PARAFUSO 400G	ESTRELA	UND	250	R$ 4,95	R$ 1.237,50
38	MAIONESE SACHÊ 200G	HELLMANNS	UND	250	R$ 5,86	R$ 1.465,00
39	MAIZENA 200G	MAIZENA	UND	300	R$ 5,22	R$ 1.566,00
40	MARGARINA COM SAL 250G	PRIMOR	UND	450	R$ 3,90	R$ 1.755,00
41	MARGARINA COM SAL 500G	PRIMOR	UND	600	R$ 7,72	R$ 4.632,00
42	MILHO PARA CANJICA PACOTE COM 400G	MARATA	UND	250	R$ 4,50	R$ 1.125,00
43	MILHO PARA PIPOCA PACOTE COM 400G	MARATA	UND	400	R$ 4,35	R$ 1.740,00
44	MILHO VERDE SACHÊ 170G	FUGINI	UND	300	R$ 4,45	R$ 1.335,00
45	MOLHO DE TOMATE SACHÊ 300G	FUGINI	UND	500	R$ 2,42	R$ 1.210,00
46	ÓLEO DE MILHO REFINADO 900ML	SINHÁ	UND	300	R$ 13,80	R$ 4.140,00
47	ÓLEO DE SOJA REFINADO 900ML	SOYA	UND	1.200	R$ 11,03	R$ 13.236,00
48	PIRULITO POP 500G	POP MANIA	PCT	150	R$ 13,80	R$ 2.070,00
49	REFRIGERANTE 2LTS SORTIDOS	COCA-COLA	UND	2.000	R$ 12,58	R$ 25.160,00
50	REFRIGERANTE MINI 250ML SORTIDO	COCA-COLA	UND	4.000	R$ 2,78	R$ 11.120,00
51	SAL REFINADO 1KG	GUSTAVO	UND	400	R$ 1,91	R$ 764,00
52	SARDINHAS COM MOLHO DE TOMATE 125G	88	UND	300	R$ 5,78	R$ 1.734,00
53	SARDINHAS COM ÓLEO 125G	88	UND	650	R$ 5,78	R$ 3.757,00
54	SELETA DE LEGUMES 170G	FUGINI	UND	75	R$ 6,90	R$ 517,50
55	TEMPERO SAZÓN 60G	AJINOMOTO	PCT	300	R$ 5,70	R$ 1.710,00
56	TEMPERO COMPLETO COM PIMENTA 300G	ARISCO	UND	100	R$ 6,95	R$ 695,00
57	UVA PASSA SEM SEMETES 100G	DIZZA	UND	100	R$ 6,50	R$ 650,00
58	VINAGRE DE ÁLCOOL 500ML	MARATA	UND	125	R$ 2,80	R$ 350,00
59	POLPA DE FRUTAS 500G	GF	PCT	1.700	R$ 9,12	R$ 15.504,00
60	ABACAXI	NATURAL	UND	350	R$ 11,05	R$ 3.867,50
61	ABOBORA	NATURAL	KG	400	R$ 5,93	R$ 2.372,00
62	ACELGA	NATURAL	UND	300	R$ 8,18	R$ 2.454,00
63	ALFACE	NATURAL	UND	1.000	R$ 5,99	R$ 5.990,00
64	ALHO	NATURAL	KG	250	R$ 40,05	R$ 10.012,50
65	BANANA	NATURAL	UND	48.000	R$ 0,91	R$ 43.680,00
66	BATATA DOCE	NATURAL	KG	800	R$ 8,97	R$ 7.176,00
67	BATATA INGLESA	NATURAL	KG	1.000	R$ 7,75	R$ 7.750,00
68	BETERRABA	NATURAL	KG	400	R$ 8,75	R$ 3.500,00
69	CEBOLA	NATURAL	KG	1.000	R$ 8,62	R$ 8.620,00
70	CENOURA	NATURAL	KG	350	R$ 8,93	R$ 3.125,50
71	CHEIRO VERDE	NATURAL	UND	1.500	R$ 6,08	R$ 9.120,00
72	CHUCHU	NATURAL	KG	90	R$ 7,43	R$ 668,70
73	INHAME	NATURAL	KG	200	R$ 8,02	R$ 1.604,00
74	LARANJA	NATURAL	KG	500	R$ 6,58	R$ 3.290,00
75	MAÇA	NATURAL	KG	400	R$ 16,77	R$ 6.708,00
76	MACAXEIRA	NATURAL	KG	350	R$ 7,15	R$ 2.502,50
77	MAMÃO	NATURAL	KG	300	R$ 9,03	R$ 2.709,00
78	MANGA	NATURAL	KG	250	R$ 5,63	R$ 1.407,50
79	MARACUJÁ	NATURAL	KG	150	R$ 12,16	R$ 1.824,00
80	MELANCIA GRANDE	NATURAL	KG	10.000	R$ 2,95	R$ 29.500,00
81	MELÃO	NATURAL	KG	2.000	R$ 8,71	R$ 17.420,00
82	PEPINO	NATURAL	KG	300	R$ 8,29	R$ 2.487,00

83	PIMENTÃO	NATURAL	KG	400	R$ 9,25	R$ 3.700,00
84	PIMENTA DE CHEIRO	NATURAL	KG	50	R$ 14,67	R$ 733,50
85	REPOLHO	NATURAL	KG	1.800	R$ 8,89	R$ 16.002,00
86	TOMATE	NATURAL	KG	2.000	R$ 7,59	R$ 15.180,00
87	UVA	NATURAL	KG	250	R$ 14,70	R$ 3.675,00
Valor Total do Lote					**R$ 485.478,50**	

Lote 02 - ALIMENTOS PERECÍVEIS						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**R$ Unit.**	**R$ Total**
1	OVO COM 30UN	IKEDA	CARTELA	1.500	R$ 23,83	R$ 35.745,00
2	BISTECA SUINA	SADIA	KG	200	R$ 27,76	R$ 5.552,00
3	CARNE BOVINA TIPO 1	FRIGOTIL	KG	1.300	R$ 48,51	R$ 63.063,00
4	CARNE MOIDA PACOTE 500G	FORTBOI	PCT	500	R$ 13,73	R$ 6.865,00
5	COSTELA BOVINA	BOI BRASIL	KG	600	R$ 30,17	R$ 18.102,00
6	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	AVE NOVA	KG	400	R$ 16,42	R$ 6.568,00
7	FÍGADO BOVINO	FRIBOI	KG	250	R$ 18,22	R$ 4.555,00
8	FRANGO	COGRAN	KG	1.200	R$ 14,56	R$ 17.472,00
9	LINGUIÇA CALABRESA	SADIA	KG	350	R$ 32,30	R$ 11.305,00
10	LINGUIÇA TOSCANA SUINA	SADIA	KG	150	R$ 31,38	R$ 4.707,00
11	LINGUIÇA DE FRANGO	SADIA	KG	150	R$ 28,65	R$ 4.297,50
12	PEITO DE FRANGO	AVE NOVA	KG	500	R$ 23,66	R$ 11.830,00
13	POSTA DE PEIXE PCT 800G	COPACOL	PCT	250	R$ 28,17	R$ 7.042,50
14	SALSICHA	PERDIGÃO	KG	250	R$ 18,02	R$ 4.505,00
15	PRESUNTO 200G	SADIA	PCT	150	R$ 14,10	R$ 2.115,00
16	QUEIJO MUSSARELA	ITALAT	KG	150	R$ 49,04	R$ 7.356,00
Valor Total do Lote					**R$ 211.080,00**	

Valor Total	**R$ 696.558,50**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 12/03/2026 e encerramento em 12/03/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Unidade: Secretária Municipal de Administração e Finanças;
Fonte de Recursos: Orçamento Geral do Município e /ou Outras Fontes;
Elemento da Despesa: 33.90.30 - Material de Consumo;

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.
9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Oeiras - PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Francisco do Piauí – PI, 12 de Março de 2026

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

MATHEUS VIEIRA TAVARES:06585894316

Assinado de forma digital por MATHEUS VIEIRA TAVARES:06585894316
Dados: 2026.03.12 10:31:04 -03'00'

Matheus Vieira Tavares
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PELA CONTRATADA

Documento assinado digitalmente
gov.br
GILVAN QUARESMA DE CARVALHO
Data: 12/03/2026 15:27:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Gilvan Quaresma de Carvalho
Cpf nº 520.949.443-87

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME: